



Histórias da VISA Real

Histórias da VISA Real

Volume III

Réplica do setor regulado

**Daniella Guimarães de Araújo
Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Marilene Barros de Melo**
(Organizadores)

**BELO HORIZONTE
ANVISA
ESP-MG
NESCON-UFMG**

2010

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA - ANVISA**

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde
José Gomes Temporão

Diretor Presidente da Anvisa
Dirceu Raposo de Mello

Diretores
Maria Cecília Martins Brito
José Agenor Álvares da Silva
Dirceu Brás Aparecido Barbano

Núcleo de Educação, Pesquisa e
Conhecimento – NEPEC
Daniella Guimarães de Araújo – Chefe do
NEPEC

**ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO
DE MINAS GERAIS - ESP/MG**

Diretora-Geral da ESP - MG
**Tammy Angelina Mendonça Claret
Monteiro**

Superintendente de Educação
Thiago Augusto Campos Horta

Superintendente de Pesquisa
Marilene Barros de Melo

Superintendente de Planejamento, Gestão e
Finanças
Tania Mara Borges Boaventura

Assessora de Comunicação Social
Fabiane Martins Rocha

Assessor Jurídico
Audrey Silveira Batista

Auditora Geral
Nina de Melo Dável

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS - UFMG**

Reitor
Clelio Campolina Diniz

Vice-Reitora
Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitor de Extensão
João Antônio de Paula

Faculdade de Medicina da UFMG

Diretor
Francisco José Penna

Vice-Diretor
Tarcizo Afonso Nunes

**Núcleo de Educação em Saúde Coletiva
(Nescon) da Faculdade de Medicina da
UFMG**

Coordenador em exercício
Edison José Correa

Assessora de Comunicação Social
Zirlene Lemos

**Centro Colaborador em Vigilância
Sanitária - Cecovisa/Nescon - UFMG**

Gustavo Azeredo Furquim Werneck
Lídia Maria Tonon
Maria da Consolação Magalhães Cunha

Série Histórias da VISA Real

Organizadores

Daniella Guimarães de Araújo (Anvisa)

Gustavo Azeredo Furquim Werneck

(Nescon)

Marilene Barros de Melo (ESP-MG)

Equipe Técnica

Projeto Gráfico

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Diagramação

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Leonardo Victor Lucas Santos (ESP-MG)

Ilustração

Adriana Drummond

Vídeos e fotografias

Adriana Drummond

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Criação Multimídia

Ana Lúcia Chagas (Nescon)

Produção Editorial

Zirlene Lemos (Nescon)

Bibliotecária

Carla Adriani Oliveira (ESP-MG)

Revisão

Alessandra Patrícia de Souza Santos (ESP-

MG)

Colaboradoras

Fabiane Martins Rocha (ESP-MG)

© 2010, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP/MG), Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina/UFMG (Nescon)

A reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação é permitida desde que seja citada a fonte e a finalidade não seja comercial. Os créditos deverão ser atribuídos aos respectivos autores.

Histórias da VISA Real / Daniella Guimarães de Araújo, Gustavo Azeredo Furquim Werneck, Marilene Barros de Melo (organizadores). -- Belo Horizonte : Anvisa, ESP-MG, Nescon/UFMG, 2010. e-book ; 54 p. ; v. 3 + vídeo de 30 s

Conteúdo: v. 3. Réplica do setor regulado.

ISBN : 978-85-60914-04-3

1. Vigilância sanitária. 2. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, rotinas de inspeção. 3. Anvisa, rotinas de inspeção. I. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. II. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. III. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. IV. Título.

NLM WA 672

Sumário

Apresentação	7	Margareth Maçae Yada Langui; Cintia Kuwahara Ynoue Nishizawa	
Daniella Guimarães de Araújo		Tem gato no estabelecimento	21
Prefácio	9	Aloisio de Souza Sabença	
Maria Cecília Martins Brito		Bala perdida	23
Olha a faca!	12	Mário Dias Miranda	
Eliane Ferreira Camargo		Dó de jogar fora	25
Fácil ou difícil tomar decisões na VISA	14	Márcia Regina Olavo; Gilvan Macedo de Sá	
Rosa Maria Bueno		Você sabe com quem esta falando?	28
Apaga isto aí!	15	Maria Alice de Almeida	
Simone César Cecílio Abreu		Tijoladas	29
A VISA que espere	16	Willians Frazão	
Polyanna Aparecida de Freitas Simões		Três sustos	30
Cão que late morde?	17	Flora Gonçalves Lourenço Silva	
Simone César Cecílio Abreu		VISA no motel	31
O dia em que o repórter perdeu a gravata	18	Edilene da Conceição Santos; Betânia Benício Maciel	
Mailton Pereira da Silva		Salvos pelo Rato	32
O sabio chinês que nunca foi a China	20	Karla Ribeiro Souza Martins	

A foice	33	Interdição de uma indústria clandestina	47
Soraya Campos Babo		Antoinette Gemus de Almeida Manso	
As aparências enganam	34	Operação dente fino	49
Jane Nogueira Spadim		Áureo dos Santos	
A VISA e a peixeira	36	O telefonema	51
Ana Clara Giffoni		Gracienne de Fátima Fonseca Renand	
<i>In memoriam</i>	37	VISA na madrugada	52
Larissa de Castro Rafael		Edno Martins de Oliveira; Emerson Gonçalves de Souza	
O cão de guarda	38	A aventura	53
Maria Natália da Conceição Silva		Maria Alice Almeida	
A ignorância e a consciência adquirida	41		
Dionísio Ximenes			
A primeira ameaça de morte	43		
Márcia Vieira Teixeira			
Desacato	44		
Ana Maria Perito Manzochi; Elizabeth da Cruz; Lucinéia Cristina Bencke Lino			
Fogo no “rabo”	46		
Daniela Ferreira de Souza			

Apresentação



Um seminário na Bahia aborda o diálogo entre diversos sujeitos institucionais. No Piauí é a visão da cólera espalhada que torna perplexos os trabalhadores. Em Minas a equipe de vigilantes se reúne para contar histórias e pensar sobre elas, alguém sonha com um outro abrigo para meninas e com uma creche que não seja ilusão. No Rio Grande do Sul é na igreja durante o sermão do padre que a Vigilância Sanitária aproveita para debater a febre aftosa enquanto em outras bandas, um técnico almoça com *Bonnie & Clyde*. É de Natal a memória de um doce chamado *alfinim*, a força de muitos para descobrir enfim *metamidofós* na rapadura contaminada, que é doce mas não é mole não. No Rio, uma técnica se esconde de uma foice, um outro descreve a metáfora das burocracias e das baratas. Em Goiás é a interdição sob ameaças de uma indústria clandestina. De São Paulo, a denúncia sobre os urubus e o *pó mágico da dolomita* que curava tudo. Do Paraná uma possível *cabala radioativa*, energia do bem. Santa Catarina educa sobre os cuidados com os rios, do Distrito Federal vem o caso do pneu furado do avião que não chega a tempo. De Pernambuco a máquina que prometia curar.

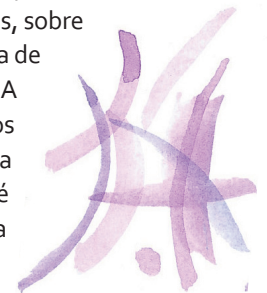
Estas são **Histórias da VISA Real**, vindas de diversas regiões deste largo país que abriga diferentes feições e diferentes feitos. Histórias narradas por trabalhadores da Vigilância Sanitária que em

seu ofício em defesa da vida mostram o que são e sonham, o que fazem para desfazer os riscos, que crenças e valores trazem na mente, que força de luta sustentam. Para contornar as réplicas e os particularismos, as diferentes visões de saúde e mundo que suportam no dia a dia. Díficeis trajetos e projetos.

Estes seres, narradores expressivos, agora nos permitem este diálogo em perspectiva onde as vozes se misturam e outros textos serão produzidos, a partir da leitura dos contextos, onde cada palavra não é apenas palavra, mas um misto de significados coletivamente construídos.

Agradecemos a estes trabalhadores que no entremeio das ações diárias e complexas, abriram um parênteses para elaborar uma narrativa, contar uma história acontecida e compor este registro que nos surpreendeu pelo resultado: em setenta dias, apenas com divulgação eletrônica, recebemos 189 histórias.

Histórias da VISA Real nos oferece a oportunidade de refletir sobre as vozes destes trabalhadores/autores, sobre as vivências escolhidas e sobre a perspectiva de novas tecnologias em pesquisa. A oportunidade de registrar a memória dos caminhos e cuidados em Vigilância Sanitária por meio da palavra escrita de quem é intenção e gesto. Inteligência desdobrada em atitude. Virtude que não emudece.



Surpreendeu-nos a riqueza do conteúdo enviado, a pertinência das histórias, a aceitabilidade de um projeto incomum. E principalmente o desejo revelado por muitos colegas de participar e de alguma forma, acompanhar este percurso.

Esperamos que o aprendizado de seus significados nos faça mais atentos às subjetividades e ao empoderamento dos trabalhadores na defesa do tema da Vigilância Sanitária no SUS. Mais aptos a minimizar os riscos à saúde. Mais capazes de entender as representações sobre a VISA entre os nossos cidadãos. Talvez assim se diminuam as réplicas e nenhum proprietário use mais a peixeira ou a foice. Nenhum juiz compareça à inspeção sanitária por ser irmão do dono da Farmácia autuada. Nenhum secretário de saúde autorize o funcionamento de bancos de sangue em condições adversas. Talvez assim não seja preciso ligar para a VISA para denunciar o canto do galo e a briga do vizinho. E a técnica não precise andar a pé pelo centro da cidade no sol de 40 graus levando amostras coletadas para o laboratório central. Talvez se apodere mais de instrumentos participativos, do diálogo como o *"pó mágico"* e não haja buracos na porta de entrada. Talvez a vigilância que se faz a favor da vida prevaleça sobre os ditames do mercado.

Sabemos que cada uma dessas narrativas - situadas na complexidade e na liquidez deste cenário contemporâneo - conformam o tecido de uma narrativa maior que é a da própria Vigilância Sanitária enquanto nossa melhor utopia.

Daniella Guimarães de Araújo
Chefe do NEPEC - Anvisa



Prefácio

A Vigilância Sanitária - VISA faz a defesa da saúde, realizando ações no âmbito das práticas de saúde coletiva, assentadas no conhecimento técnico-científico e em bases jurídicas. Tem a finalidade de impedir que a população seja exposta a riscos, combatendo ou minizando as causas dos efeitos nocivos que possam ser gerados na produção e na circulação de bens, ou na prestação de serviços de interesse à saúde. É a parcela do poder de polícia do Estado incumbida de assegurar o bem estar geral, regulando as ações de saúde, impedindo o exercício anti-social dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade, compatibilizando os direitos individuais com o bem estar social.

A sua história é a história do Brasil, onde se destaca a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, que marcou o início da implantação do controle sanitário do porto, seguida da criação da Inspetoria de Saúde Pública, com o objetivo de efetuar o controle sanitário dos produtos e dos estabelecimentos, combater a propagação de doenças, principalmente as epidêmicas, resolver questões de saneamento e fiscalizar o exercício profissional na área da saúde. Desde então profissionais, dotados do poder discricionário enquanto agentes públicos integram uma rede de proteção e promoção da saúde, desenvolvendo com ética, compromisso e responsabilidade, ações de orientação e prevenção na área de VISA.



A estes agentes cabe a incumbência de exercer a VISA, atuando na verificação da adequação aos regulamentos sanitários pelos estabelecimentos, produtos e serviços sujeitos a VISA, determinando a necessidade de correção de irregularidades e adoção de providências saneadoras, educativas ou repressivas para o resguardo da saúde coletiva como: apreensão, interdição e destinação de produtos impróprios ao consumo, interdição de estabelecimentos, monitoramento de produtos, dentre outras.

A complexidade da VISA demanda a articulação de um amplo conjunto de conhecimentos. Estes saberes e modos de fazer de VISA, com as diversidades, dificuldades e enfrentamentos inerentes são diuturnamente demandados aos trabalhadores da área, na sua rotina profissional. O universo de profissionais trabalhadores de Vigilância Sanitária foi descrito no Censo de VISA/2004, onde mais de trinta mil trabalhadores foram identificados e estão distribuídos nas três esferas de governo e em todos os estados da federação.

Neste sentido o Centro Colaborador em Vigilância Sanitária do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Minas Gerais – CECOVisA/NESCON/UFMG em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP/MG oferece as **Histórias da VISA Real**, oportunizando a troca de experiências acerca do trabalho de VISA, dando voz aos que atuam na área através de narrativas de profissionais de diversas regiões do país. A arte de contar histórias, objeto deste estudo, se apresenta como uma forma de disseminação do conhecimento, participando do vasto campo de educação e pesquisa em VISA. Este rico processo contribuirá na harmonização da gestão do trabalho em VISA, na tomada de decisões e definições de políticas e planejamento, e na construção da memória da vigilância sanitária.

Maria Cecília Martins Brito
Diretora da ANVISA





Réplica do setor regulado

Olha a faca!

Eliane Ferreira Camargo
São Paulo

Eu e mais dois fiscais fomos vistoriar determinado restaurante na região central. Nessa época estávamos fazendo as inspeções setorizadas devido ao alto índice de ocorrência de infecções alimentares.

Ao chegarmos ao estabelecimento, como de rotina, apresentamo-nos e dissemos o motivo da inspeção. Fomos recebidos pelo filho da proprietária do restaurante. Ele era um homem muito alto, tinha um apelido do qual não me recordo, mas era algo que sugeria violência e agressividade. Seus braços eram muito musculosos. Já viu esses rapazes halterofilistas? Pois ele era assim.

Pedimos para ir até a cozinha e, ao chegarmos lá, esse moço, que se mostrava furioso desde o momento de nossa chegada, revelou-se literalmente.

Realmente, para mim, que não havia passado por algo parecido com aquela situação, foi um HORROR!

O moço, com uma faca de açougueiro em mãos, dizia: – “Eu estou louco de vontade de pegar esses fiscais”. E com a faca na mão batia sobre a mesa de madeira da cozinha, demonstrando através de olhares e movimentos que ele estava mesmo disposto. Aliás, pela fama que ele tinha, eu não tinha qualquer dúvida de que ele nos esfaquearia a qualquer momento. Isto era o que eu imaginava.

Bem, eu não quis pagar pra ver.

Rapidamente, saí da cozinha, passando pela área de manipulação, cheguei até a porta de saída do restaurante. Nesse momento, já não sabia onde estavam os meus companheiros, nem do motorista que nos levara até ali.

Fui a pé até a base da VISA, que era um tanto quanto longe e consegui chegar primeiro que os outros, que haviam ficado lá no estabelecimento.

Depois de algum tempo, os outros fiscais chegaram e caçoaram da minha atitude.

Realmente, até hoje, depois de mais ou menos oito anos, ao me lembrar desse fato sinto dores na barriga.

Só quem já passou por situações parecidas consegue descrever o sentimento de se estar fazendo um trabalho que não agrada interesses - que neste caso era o do dono do estabelecimento -, e sabe como é difícil o papel do fiscal da Vigilância Sanitária.

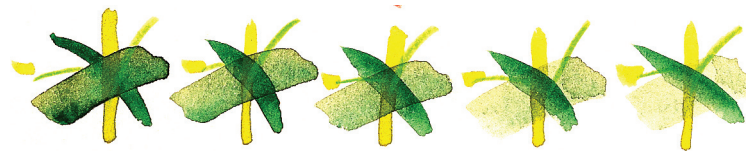
Até hoje, depois desse episódio,



não passei mais por situações tão violentas, mas posso dizer com certeza, enfrento não mais um rapaz furioso com uma faca nas mãos, mas sim um leão a cada nova inspeção.

Em verdade, infelizmente, a sociedade enxerga o fiscal da VISA como uma pessoa que vai até os serviços só para multar, interditar ou então subornar, mas a situação era exatamente outra, estávamos realizando vistorias de rotinas para orientar quanto aos riscos que poderiam advir de alimentos mal-manipulados.

Espero muito que um dia isto mude.



Facil ou difícil tomar decisões na VISA

Rosa Maria Bueno
São Paulo

Em 2005, após a interdição de uma lanchonete realizada pela equipe da VISA, por falta de licença de funcionamento sanitária e por reclamações dos moradores vizinhos, a proprietária esteve no prédio da VISA para conversar com a diretora. A proprietária iniciou a conversa, justificou, sob a ótica dela, os motivos da falta da licença, mas ao receber as explicações e considerações por parte da diretora da VISA, ela simulou um desmaio, caiu no chão, ficando imóvel. O tumulto estava instalado, a equipe correu para auxiliar, porém a calma se restabeleceu quando um dos presentes percebeu que a senhora abriu um dos olhos para dar uma espiadela no cenário proposto por ela.

Foi então que ficamos tranquilos e a deixamos voltar espontaneamente. Sentamos e ficamos olhando. Evidente desconforto por parte dela ao perceber a situação e o alívio da nossa parte.

Com isso, quero deixar registrado o quanto é difícil o controle emocional e o gasto de energia despendido nessas ações. Estamos lidando com vidas que depositam nas VISAs a esperança de garantia de seus direitos e a vida das pessoas que são advertidas a não cometerem as infrações, mas que também têm sentimentos e nem todos utilizam de má-fé.

Interferimos diretamente nas questões financeiras e sociais das pessoas e a necessidade de tomada de decisões se torna complexa, tornando-se um difícil momento de conflito de valores e de juízo.

Precisamos refletir, enfim, na saúde mental dos trabalhadores das VISAs.

Socorrooooooooo... (brincadeira)...



Apaga isto aí!

Simone César Cecílio Abreu
Minas Gerais



Num departamento de Vigilância Sanitária Municipal, fui atender a uma denúncia de irregularidades em um consultório odontológico. Na época, eu era a única fiscal da área. Preenchi o roteiro de inspeção com o dentista nervoso e respirando pesado por trás dos meus ombros. Durante a inspeção, vi coisas que “até Deus duvida”. Quando terminei, pedi ao dentista para assinar o roteiro e o termo de inspeção. Ele sentou no mocho (cadeira de dentista), leu, leu, coçou a cabeça, releu e dirigiu-se sorrateiramente até a porta do consultório, trancando-a dizendo:

– “Apaga tudo! Você não viu nada! Apaga senão daqui você não sai!”

Eu, APAVORADA, mas tentando disfarçar para que ele não percebesse o meu nervosismo, continuei no salto e soltei:

– “Tudo bem, mas, por favor, me chama o motorista da VISA que está na sala de espera para me fazer companhia?”

Ele arregalou os olhos e, dirigindo-se à porta, destrancou-a perguntando:

– “Motorista?????????”

Rapidamente dei um jeito de sair dali. UFA!!!

Que motorista que nada!! Só estávamos lá eu e Deus!!

A VISA que espere

Polyanna Aparecida de Freitas Simões
Minas Gerais

Numa cidade do interior de Minas Gerais, nós, os técnicos da Vigilância Sanitária, fomos atender a uma solicitação de vistoria em uma escola particular do município. Quando chegamos ao local, fomos recebidos por uma professora que pediu que esperássemos do lado de fora, no sol, enquanto ela telefonava para a diretora pedindo autorização para nossa entrada.

Após algum tempo, a professora voltou e pediu que aguardássemos mais um pouco, pois ainda não tinha conseguido falar com a diretora. Quando ela finalmente voltou, falou com certa arrogância que não tinha conseguido entrar em contato com a diretora e que não poderíamos entrar. Explicamos a ela sobre a função da VISA e que não precisaríamos de permissão para entrar.

Após ouvir isso, a professora bateu a porta na nossa cara e pela janela disse que se quiséssemos entrar teríamos que aguardar o horário de abertura do portão para a saída das crianças.

Pensamos em chamar a polícia, mas, com receio de prejudicar a diretora, decidimos aguardar a abertura dos portões por aproximadamente uma hora e meia. Durante o tempo em que estávamos esperando, chegou uma Van escolar e desta desceu uma senhora que perguntou o que estávamos esperando. Explicamos a ela, que imediatamente subiu num banquinho próximo do muro da escola, olhou para dentro e disse estar vendo a diretora. Nesse momento, apareceu um funcionário da escola, pediu que entrássemos pelo outro portão.

Perguntamos pela diretora e ele disse que ela estava chegando atrás de nós. Entramos, fizemos nosso serviço e durante a inspeção a diretora fingiu desconhecer o assunto da nossa espera e afirmava o tempo todo ser parceira da VISA. Porém, após terminarmos a vistoria, um de nossos colegas fez questão de deixar bem claro que sabíamos, o todo tempo, que ela se encontrava na escola.



Cão que late morde?

Simone César Cecílio Abreu
Minas Gerais

Interditamos um consultório odontológico no interior de Minas. O dentista era um tanto quanto nervoso e agressivo e não conseguia separar o profissional do pessoal.

Apesar de ter vários fiscais comigo no momento da interdição, ele cismou foi comigo, fazendo até ameaças:

– “Você vai se arrepender! Sabe de quem eu sou primo?”

E assim os dias foram se passando, mas a cisma e as ameaças continuavam.

Um dia, estava na academia, o meu celular toca e adivinha quem era? Ele!!!

– “Você pegou pesado comigo, agora eu vou pegar pesado com você também!”

Outro dia, quando estava buscando o meu filho na escola, percebi que ele estava me seguindo e piscando os faróis do carro. Logicamente, não parei na porta da escola para ele não saber que eu tinha um filho lá e muito menos quem ele era.

Essa situação se arrastou por alguns meses, sem eu contar ou me queixar para o meu superior no departamento, para minha família ou amigos.

Isto aconteceu há alguns anos, porém hoje não faria a mesma coisa, porque cão que late pode morder!



O dia em que o repórter perdeu a gravata

Mailton Pereira da Silva
Tocantins

Durante os anos de 1990 a 2000, a Vigilância Sanitária de nosso município dispunha de infraestrutura precária. Possuía somente um Uno Mille para transporte de todos os seis funcionários, incluindo os administrativos, que usavam máquinas de datilografias. O coordenador era um médico veterinário todo-poderoso, com muitos problemas para resolver e poucos recursos disponíveis.

Esse episódio aconteceu no ano de 1996, durante uma fiscalização em um bairro da periferia, numa via comercial ainda com poucos estabelecimentos e muita poeira, pois ainda não havia o tão sonhado asfalto e o abastecimento de água era feito por carros-pipas e quase tudo era no improvisado.

Houve uma denúncia de que em um determinado açougue estavam comercializando carne clandestina, colocando em risco a saúde de toda a população da região sul. O coordenador da Vigilância Sanitária achou aquilo um absurdo e mais que depressa convocou os seus dois auxiliares e o motorista da VISA para averiguar aquela infração sanitária gravíssima.

Antes de ir até o local, ele ligou para o Secretário Municipal de Saúde para saber o que fazer diante de tal acontecimento. O secretário, por sua vez, ordenou que o coordenador e seus auxiliares convocassem a imprensa e fossem recolher a carne clandestina e levar ao aterro sanitário.

Por volta das sete horas do dia seguinte, o coordenador, a equipe de fiscais sanitários, o motorista, como também a imprensa local chegaram ao local. A imprensa local sempre estava interessada nas ações da Vigilância Sanitária, pois não existia fato para noticiar e qualquer briga de galo eles cobriam.

O coordenador adentrou no açougue e foi recebido pela esposa do proprietário, que falou para a equipe que seu marido ainda estava dormindo. Mesmo assim, o coordenador autoritário deu ordem de apreensão de toda a carne clandestina, mandando seus fiscais recolher o produto e colocarem dentro do transporte oficial, o Uno Mille. O repórter estava tirando fotos e registrando tudo e não é preciso dizer que o local estava cheio de curiosos para ver a ação de fiscalização sanitária, pois tudo era novidade.

A esposa do proprietário ficou apavorada com o episódio. Seu marido era um nordestino "arretado que não guarda almoço para a janta". Quando o dono do açougue viu



os fiscais sanitários levando a carne, aquele absurdo de gente na porta de seu comércio e a imprensa tirando fotos, ele adentrou em sua residência, que ficava no fundo do açougue, e pegou um revolver calibre 38, dando vários tiros para o alto.

Nesse momento só se viu gente se espalhar. O repórter correu tanto que perdeu a gravata, o motorista e os fiscais sanitários largaram para traz a única viatura oficial cheia de carne e o coordenador da Vigilância sanitária Sumiu! O medo foi tanto que por um bom tempo o coordenador da Vigilância Sanitária não retornou ao local.



O sábio chinês que nunca foi à China

Margareth Maçae Yada Langui
Cintia Kuwahara Ynoue Nishizawa
São Paulo

Tudo começou em 2008, numa cidade da região Sudeste do país, onde tudo corria tranquilamente até que surgiu uma reclamação de farmácia que se dizia ter recebido receita médica de um sábio que não era chinês e não era médico. Convidamos a farmacêutica a contar melhor a história e esta explicou que o tal sábio já havia ensinado artes marciais ao seu marido e seu cunhado, diga-se de passagem, pessoas muito ilustres e conceituadas no município. Continuou contando que o sábio tinha o dom das palavras e todos estavam tão envolvidos com a sua sabedoria, que ele acabou enriquecendo ajudado também pelas suas famosas terapias, até que, empolgado com a situação, acabou mordendo a língua e disse que falava chinês e que tinha feito Medicina na China. Num certo dia, surgiu uma senhora chinesa muito amiga dos ilustres, que quando foi apresentada ao sábio e ouviu falar que ele falava chinês, começou a falar em chinês como se fossem amigos de infância. O sábio disse que não falava o mesmo dialeto que ela e foi embora mais rápido que o Kung Fu panda em busca do pergaminho e assim permaneceu desaparecido por anos.

Como bom sábio que era, acabou renascendo como uma fênix e tinha até endereço para consultas. Solicitamos que ele se regularizasse junto à VISA como médico, pois estava prescrevendo medicamentos utilizando até CRM. As muralhas do destino do sábio começaram a ruir quando consultamos o Conselho Regional de Medicina e constatamos que o número pertencia a uma mulher. Já

estávamos preparadas para o dom das palavras do sábio quando lhe contamos da reclamação. Ele alegou que tinha feito Medicina chinesa e apresentou um certificado escrito em três idiomas: português, inglês e ideogramas chineses (escritos à mão) e descobrimos até que ele era superdotado. Comparando os documentos pessoais com o certificado, verificamos que ele teria entrado no curso com 11 anos de idade e concluído com 15.

Dissemos que entendíamos que “Medicina chinesa” era diferente de “Medicina na China” e que ele deveria esclarecer melhor qual era o curso que ele tinha feito. O sábio percebeu o provérbio chinês em que se meteu e logo disse que não era médico, era terapeuta holístico e que o fato de na receita estar escrito CREMESP era porque o “Linux” trocava o T pelo M e que, em verdade, ele havia escrito CRETESP. Então, a fênix virou cinzas outra vez...



Tem gato no estabelecimento

Aloisio de Souza Sabença
Rio de Janeiro

Meados de 1987, estava iniciando minha trajetória na Vigilância Sanitária. Foi o primeiro município do interior do estado do Rio de Janeiro a municipalizar as ações de fiscalização sanitária no comércio de alimentos previsto no SUDS, hoje SUS.

Equipe formada.

Vamos ao trabalho.

Havia uma Churrascaria famosa próxima do Serviço de Fiscalização Sanitária. Salão de atendimento muito bonito, banheiros limpos, garçons impecáveis em suas vestimentas.

Volta e meia, principalmente no fim de mês, recebíamos nosso pagamento e nos reuníamos no horário de almoço.

No dia seguinte, uma colega médica veterinária sempre deixava de ir trabalhar em função de indisposição, vômito e diarreia.

Após algumas ocorrências, abrimos uma denúncia contra o estabelecimento.

O chefe, muito zeloso pelo trabalho, resolveu acompanhar nossa inspeção, composta de duas colegas médicas veterinárias

(inclusive a cobaia) e eu.

Chegamos ao estabelecimento e adentramos no setor de manipulação. Quase caímos para trás. Era sujeira em todos os cantos. Cozinheiro, churrasqueiro e auxiliares com uniformes tremendamente sujos. Equipamentos incrustados de gordura, utensílios desgastados pelo uso. Tudo de ruim que se poderia imaginar num interior de uma cozinha.

Em dado momento, uma delas achou um material na tampa do freezer da cozinha, semelhante a um pedaço de carne, ou seriam fezes de gato???????

Dúvidas: – “FEZES DE GATO!!!!!!” - Exclamaram as duas quase com certeza.





O chefe: – “É UM PEDAÇO DE CARNE!!!!!!!!!! OBSERVE BEM!!!!”

– “SÃO FEZES DE GATO!!!” - Repetiram as duas quase em unísono.

O chefe, querendo mostrar que as duas estavam erradas, demonstrando autoridade no assunto, falou: – “Vejam a consistência!” - Pegou o material e imediatamente gritou: – “É MERDA MESMO!!!!!!!!!!”

Assustado com o grito, o gato que estava escondido nos fundos da cozinha saiu em disparada e não voltou até hoje!

Estabelecimento interdito.....

Bala perdida

Mário Dias Miranda
São Paulo

Eu já estava há uns quatro anos na Vigilância. Havia um proprietário de uma drogaria que em todas as inspeções que eu fazia ele deixava a gaveta aberta com uma faca. Em uma das inspeções ele mencionou:

– “Nossa, uma moça tão bonita assim fazendo inspeção em drogarias, você não tem medo de uma bala perdida? Porque uma bala perdida pode vir de qualquer lado e você nem saber quem atirou”.

Ele era uma pessoa complicada. O estabelecimento também. Até que chegou uma demanda judicial originada por causa de um roubo que houve numa das drogarias de sua propriedade, solicitando o acompanhamento da Vigilância Sanitária.

Iniciou-se às oito horas. Foi uma cena de filme! Era uma ação policial mesmo. A Vigilância só acompanhou pelo fato de o produto ser medicamento.



Entrei no carro da polícia com o delegado e o investigador. E ouvia no rádio da viatura: – “nós estamos invadindo a casa dele!”. E ouvia o investigador: – “nós estamos entrando na casa, agora no outro comércio, nessa drogaria...”. Foi muito tenso.

Chegando ao local, durante a inspeção, um dos funcionários negou-se a abrir a porta de um compartimento, onde foram encontrados vários medicamentos controlados sem registros de entrada no livro específico. Diante de todo o procedimento realizado na drogaria, dois delegados deram voz de prisão e algemaram-no na minha frente. Também foram encaminhados à delegacia a esposa dele e o balconista. Fiquei muito nervosa e, finalmente, a ação resultou numa sala cheia de medicamentos controlados contrabandeados. Por fim, o proprietário e dois funcionários foram presos e cumpriram pena.

Saí do DP umas duas horas da madrugada do dia seguinte, até assinar todos os laudos. E depois teve a questão do recurso. Eu precisei prestar depoimento ao juiz, os três algemados, situação tensa e que muito me marcou. Naquela noite eu não consegui dormir.

Mas fico feliz por ter conseguido desempenhar meu papel, mesmo com todo o nervosismo. Fiz todos os registros que competia à Vigilância Sanitária, sem ocorrer nenhum tipo de problema administrativo posteriormente.

Hoje, não tenho certeza, mas sei que dois deles trabalham em drogarias, porque eu já os encontrei em vistorias. Com o proprietário eu não sei o que aconteceu.

Depois de passado, a gente até ri da situação e tudo mais, mas, no momento, ali com o delegado... (risos). Eu nunca tinha ouvido ser dada voz de prisão, foi uma ação bem tensa e complicada. Mas envolveu outras coisas e infelizmente o produto que estava envolvido era medicamento.



Dó de jogar fora

Márcia Regina Olavo
Paraná

Funcionária do Estado desde 1990 e apenas há seis anos lotada na Seção de Vigilância Sanitária, vivenciei, desde o início, a grande ingerência política havida em muitos municípios que compõem minha Regional de Saúde, nas várias áreas de serviços e produtos.

Desta feita, fui chamada para compor equipe de inspeção complementar e verificar as Boas Práticas de manipulação de uma farmácia na região metropolitana. A razão era atender uma denúncia de medicamento comercializado como natural e que estaria causando anorexia em paciente usuária.

Já na empresa, prontamente nos chamou a atenção o número de vezes que o telefone tocava com a indicação de mais uma “fórmula natural e emagrecedora”, as quais possuíam números de um a quatro, dependendo da concentração dos “ativos naturais”.

Verificadas as matérias-primas, passamos a rastrear os lotes que possuíam registro e aí descobrimos o absurdo: a farmácia não registrava tudo o que comprava nem o que vendia e ainda alterava prazos de validade das matérias-primas, sendo que em alguns casos tinha até três etiquetas sobrepostas ao vencimento.

Questionada sobre o caso, a proprietária disse que tinha “dó de jogar fora” e assim continuava a utilizar a matéria-prima.

Juntamos tudo numa sala e, como era quase todo o estoque nessas condições, a sala ficou repleta de embalagens. Fotos do local comporiam peças do processo administrativo. Estávamos iniciando as fotos quando fomos interrompidos por um rapaz estranho, que nos disse: – “Proíbo as fotos... Ninguém tira foto nenhuma daqui!”. Indaguei quem era tal cidadão e fui informada de que se tratava do irmão da dona da farmácia, advogado e, portanto, cheio de razão...

Falei com o chefe da VISA municipal e solicitei a presença da polícia imediatamente. Enquanto não chegava, expliquei ao rapaz que se ele seguisse em sua razão entraríamos com uma representação na OAB contra ele. Ele começou a tremer bem aí. Logo em seguida, entrou na sala uma pessoa sombria e todos se mostraram receosos. Logo questionei quem era o novo cidadão e ele se apresentou como investigador da polícia civil, representando o delegado chefe. O advogado, coitado, jovem e, pelo jeito, sem experiência alguma, tremia. O investigador



chegou a seu lado e, batendo em seu ombro com um tapinha, disse com voz cavernosa: – “Vai com calma e espere sua vez. E deixe o pessoal trabalhar em paz, que é direito e dever deles, como você sabe”...

A inspeção levou duas semanas para ser realizada. Nunca havíamos imaginado tamanha falta de ética por parte de um profissional.

A VISA municipal se mostrou muito séria e deu todo o apoio técnico do começo ao fim e o processo administrativo chegou ao final julgado procedente.

A empresa foi interditada definitivamente e sua licença cassada e o relatório de inspeção foi encaminhado ao Conselho de Classe, ao Ministério Público e à ANVISA.



História de inspeção sanitária

Gilvan Macedo de Sá
Minas Gerais

Meados de março a abril do ano 2008. Fomos realizar uma inspeção sanitária em uma padaria da nossa cidade de Brasilândia de Minas, MG, por haver muitas irregularidades e denúncias constantes da população quanto à deficiência na manipulação dos alimentos e precariedade na infraestrutura física. Durante a inspeção, foi realizado o registro digital de todas as irregularidades encontradas. Logo, o proprietário prometeu que executaria em tempo hábil, pois precisava do seu alvará sanitário para concorrer à licitação de pães. Após encerrar a inspeção, foi realizado o termo de obrigação a cumprir e as irregularidades foram registradas de acordo a ordem cronológica do risco sanitário.

Tempos passados, por ainda não ter conseguido sanar as irregularidades conforme precisava, o proprietário começou a alegar que era perseguição política por não ter apoiado o prefeito durante as eleições municipais. Já na véspera da licitação, não aguentava mais, pois me perturbava no horário do almoço e do jantar, já tinha até tentado de me dar propina. Sendo assim, liguei para o coordenador de VISA Regional durante várias vezes e o mesmo me retornou e me orientou dizendo – “Faça o que é certo”.

Mas em tempo recorde foram sanadas as irregularidades do mesmo e o alvará sendo liberado. Após receber o alvará, já se transformou em outra pessoa, querendo me processar por ter registrado as irregularidades de seu estabelecimento e julgava que um concorrente dele havia visto em meu computador. Então falei para ele: – “Faça o que quiser”, ficando em paz por certo tempo.

Posteriormente, foi denunciado mais uma vez, com um depósito de lenha que estava em outro terreno. Entrei em contato com o dono do terreno, o qual era responsável indiretamente, e ele disse que eu poderia deixar que ele resolveria o assunto. Logo após, ele entrou em contato comigo: – “Foi até bom você não falar nada com ele, pois ele falou que um de vocês dois tinha que bater no outro.”

Pensei assim, o que posso fazer?

Não vou deixar de ser fiscal pelo fato dele ser um dono de estabelecimento.

E ele não vai fechar o estabelecimento pelo fato de eu ser um fiscal municipal.

A profissão deixa muito a desejar, muitos riscos na vida e valorização profissional muito pouca, inclusive salarial.



Voce sabe com quem está falando?

Maria Alice de Almeida
Minas Gerais



Foi repassada à Coordenadoria de Vigilância Sanitária de uma Regional de Saúde uma denúncia encaminhada diretamente à Secretaria Estadual de Saúde, sobre uma marca de água mineral produzida na região. Segundo a denúncia, a água adquirida em galão de 20 litros apresentava gosto de gasolina. O denunciante, que era um advogado, queria de qualquer maneira que “aquele conteúdo” fosse analisado.

Como de praxe no serviço, o denunciante foi contatado por telefone e foi-lhe solicitado que levasse o galão, objeto da denúncia, até o serviço de Vigilância Sanitária, para que, identificada a marca, o fabricante, o lote e demais informações necessárias, o produto idêntico fosse procurado no mercado e coletado para realização de análise fiscal, como recomenda a norma.

O denunciante combinou que levaria a embalagem até o serviço de VISA. Porém, passaram-se alguns dias e este não apareceu com o vasilhame para dar prosseguimento à apuração da denúncia.

O fiscal, então, entrou em contato novamente com o denunciante. Só que desta vez a conversa teve outro tom... O advogado mostrou-se arrogante e “exigiu” que a VISA buscasse o vasilhame em seu endereço e queria que “aquela água” fosse analisada. Pacientemente, o fiscal explicou que não seria possível a

análise daquela água específica, pois o frasco já estava aberto e o procedimento correto seria a coleta de produto idêntico, do mesmo lote, coletado em triplicata, de acordo com a legislação e o rito processual. O advogado não aceitava os argumentos, até que explodiu com um “quem você pensa que é para falar de leis comigo?”; “Você sabe com quem está falando?”; “Sou da equipe do Dr. Fulano (promotor público da cidade)” e “não me chame de você, sou o Doutor Sicrano”.

Foi então que o fiscal, se sentindo agredido, calmamente respondeu: – “Como o senhor é tão importante, não deve ter tempo a perder, assim como eu também não tenho. Boa tarde”. E desligou o telefone.

Passado mais alguns dias, o fiscal foi informado que havia uma denúncia contra ele, na Superintendência de VISA, acompanhada de uma fita k-7 gravada com toda aquela conversa telefônica. Permaneceu, então, aguardando o desfecho da atitude do arrogante cidadão. Como nada acontecesse, o fiscal procurou saber junto à autoridade competente como estava o andamento da ação e teve a seguinte resposta: – “Não se preocupe com isso! O sujeito é tão burro que envia uma fita com uma conversa gravada que só depõe contra ele mesmo.”

E nunca mais se falou no assunto...

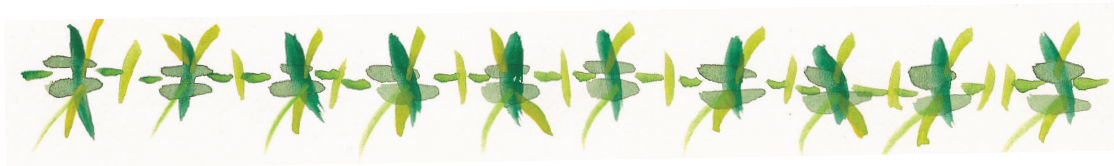
Tijoladas

Willians Frazão
Amazonas

Senhor PETRIOSO ligou para a VISA e fez a seguinte denúncia: – “Tenho um vizinho, o NOJEZILDO, aqui do lado da minha casa que está passando o esgoto da casa dele por dentro do meu quintal. Eu já falei com ele, mas é mesmo que nada e a coisa está uma imundície. Eu quero que vocês tomem uma providência senão a coisa vai acabar mal”.

Dois fiscais foram designados para atender a ocorrência. Chegando ao endereço, os fiscais chamaram o Sr. PETRIOSO para lhes mostrar o objeto da denúncia e foram os três até o quintal. Comprovando o fato, os fiscais chamaram o Sr. NOJEZILDO para explicarem a gravidade sanitária daquela atitude.

Para surpresa dos fiscais, Sr. NOJEZILDO já veio dizendo que não queria conversa com ninguém e que o Sr. PETRIOSO era um fofoqueiro, rabugento, que falava muito e nesse momento começou a atirar tijolos em direção ao Sr. PRETRIOSO. Diante da atitude violenta de NOJEZILDO, os dois fiscais saíram correndo, entraram no carro e deixaram os dois vizinhos brigando.



Três sustos

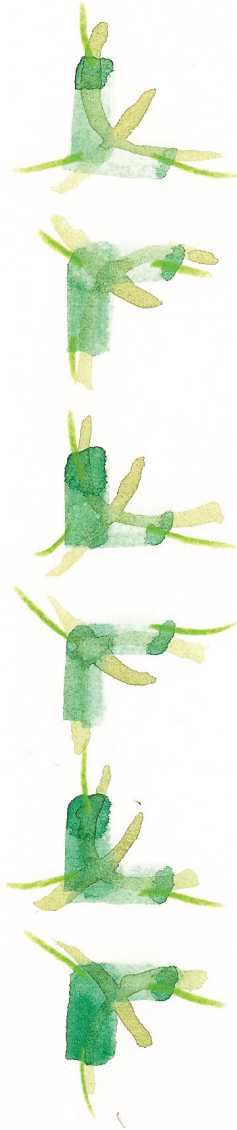
Flora Gonçalves Lourenço Silva
Minas Gerais

O primeiro susto foi mais ou menos 15 anos atrás, durante um trabalho de inquérito/ cadastro em dupla. Eu e um parceiro saímos por uma avenida onde havia comércio de peças para veículos, pneus, etc. Em um dos comércios, tivemos uma surpresa. O funcionário começou a nos atender quando, de repente, antes mesmo de adentrar no balcão, ouvimos um grito... – “Ca-chor-ra-da eu vou mos-trar-vo-cês...” O funcionário tremia e mandava que escondêssemos porque ele era perigoso e havia ido pegar a arma em casa, bem perto. Eu corri e me escondi dentro da pilha de pneus e meu companheiro entre os tambores. O homem furioso nos procurou na loja gaguejando e dizendo: – “Ca-ca-dê os ra-ra-tinhos?” Mal entendi o que ele dizia. Por sorte, parecia cego, pegou o carro e saiu sem nos ver.

O segundo susto levei também quando tentava fazer esse cadastro. Estava só e enquanto uma senhora me atendia, o marido resmungava. De repente, ele levantou rápido e ela me enfiou debaixo da pia com o dedo no nariz expressando silêncio, tentando me esconder do marido. Nem sei a hora que fiquei debaixo da pia, sentada na caixa sifonada da rede de esgoto. Então, ouvi um tiro que passou raspando minhas pernas. A mulher disse: – “Você tá louco!” E correu lá embaixo. Ela inventou que estava com dor de cabeça para o marido sair e ir comprar um remédio. – “Vá pegar pra mim...” Aí o homem se acalmou, tomou um café e saiu...

O terceiro susto foi ao atender uma reclamação. Fui de carro com o motorista, que parou em frente ao portão da reclamante. Eu desci e dei uma cocadinha no portão, o qual desceu de uma só vez sobre mim... Quase morri de choque e não pude dizer nada, pois a senhora chegou e xingou-me todos os tipos de palavras horríveis. Eu entrei no carro trêmula... O portão caiu rente a um carro zero estacionado na garagem...

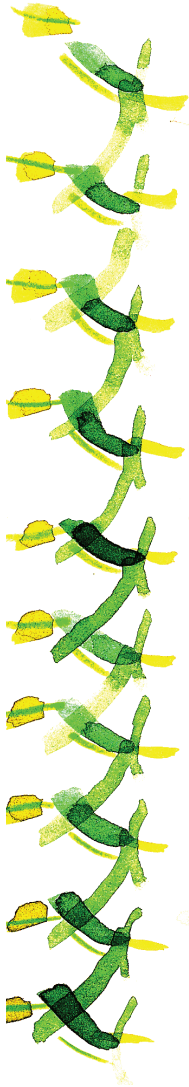




VISA no motel

**Edilene da Conceição Santos
Betânia Benício Maciel
Minas Gerais**

Numa cidade de Minas, a VISA realizava um cadastro de todos os estabelecimentos. Em dado estabelecimento, as fiscais chegaram e identificaram-se dizendo de onde eram e qual o propósito da ação. A proprietária, nervosa, começou a discutir perguntando se não tinham mais o que fazer e que não iria passar os dados. Depois de muito conversar e explicar, ela, enfim, concordou em passar os dados. Na hora de mencionar a atividade do estabelecimento, pois se tratava de uma casa de encontros e alguns são registrados como hotel, motel, pensão, etc., ela disse que lá o povo metia, que a atividade principal era meter, meter, meter, meter... mais uma vez. Muito chocadas, as fiscais tiveram que explicar que cadastro era uma atividade séria e que os dados precisavam ser corretos. Daí ela buscou todos os documentos e pediu desculpas pelo nervosismo e a maneira como as tratou.



Salvos pelo Rato

Karla Ribeiro Souza Martins
Minas Gerais

Certo dia, nós, da equipe da VISA, saímos para fazer algumas inspeções. Chegando a determinado estabelecimento, nos apresentamos e fomos logo falando que estávamos ali para realizar uma inspeção sanitária. Não fomos muito bem recebidos, mas, mesmo assim, começamos a efetuar o nosso trabalho. Logo o proprietário do estabelecimento começou a reclamar, falou que tínhamos que tomar conta era da cidade, que estava com muito lixo nas ruas. Continuou falando que podíamos verificar tudo, que ali não iríamos encontrar nenhuma irregularidade. E nós permanecíamos calados. Tratava-se de um proprietário muito ignorante e o seu estabelecimento não estava em boas condições. Nós já estávamos imaginando como seria a reação dele na hora de falar sobre as irregularidades. Mas, de repente, vimos algo muito estranho debaixo da banca de verdura. Fomos ver o que era e deparamos com um enorme rato morto. Na hora em que mostramos o animal, ele olhou bem vermelho e disse: – “Será como esse rato foi para aí?”

Ficamos calados, pois ele sabia muito bem de qual ambiente os ratos gostam. Logo em seguida, disse que era culpa de um entulho que estava em uma rua ali próximo e acabou colocando a culpa na prefeitura. Falamos a ele que o rato foi encontrado dentro do seu estabelecimento e que era ele quem deveria cuidar da higiene do local, que os entulhos das ruas são um problema também, mas que se aquele animal estava ali era porque o ambiente era propício a ele. O proprietário do estabelecimento foi ficando cada vez mais envergonhado e parou de reclamar.

No final de tudo, preenchemos o autotermo e ele sanou todas as irregularidades ali encontradas sem questionar, com medo de que nós contássemos aquele episódio a alguém. Se não tivéssemos encontrado aquele rato ali, naquele momento, o proprietário daquele estabelecimento teria nos dado uma tremenda dor de cabeça.

A foice

Soraya Campos Babo
Rio de Janeiro

Uma manhã bem típica da serra, céu muito azul e bastante frio. A equipe da Vigilância Sanitária, recém-formada por concurso público, com muita vontade de aprender e colocar as mãos na massa. Nossa condução era uma Kombi bem velha, pois foi a melhor que conseguimos na briga para trabalhar, fiscalizar...

Naquela manhã, nossa missão era atender a uma reclamação de uma clínica odontológica que esterilizava agulha descartável no germikil????

O motorista, homem aposentado da polícia civil, que adorava tomar conta da vida alheia, conduzia o veículo com movimentos bruscos, pois a direção tinha mais folga do que sapato do pai no pé do filho, e ia ele contando as notícias do povo do nosso QG.

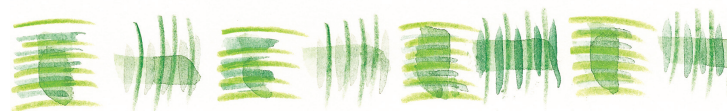
Quando adentramos na dita clínica, que se autotitulava de “instituição de caridade com apenas uma colaboração mensal predefinida”, logo sentimos que era falsidade das grandes. Os profissionais que estavam no ato da fiscalização eram indivíduos recém-formados, assim como nós da Vigilância Sanitária, sedentos de experiências, explorados por aquele senhor que fazia caridade para o povo de sua igreja, por... Deixa isso para lá.

Logo encontramos a tal reclamação, agulhas descartáveis imersas em germikil.

INTERDIÇÃO, a primeira da minha vida. Logo, puxei os livros, auto de infração, termo de intimação e auto de interdição.

Entretemo-nos tanto em aprender, em fazer, que nem nos demos conta de que o povo dentro da clínica estava com medo de nós, de perder o emprego, de ser punido pelo conselho de classe e coisas assim.

O fofoqueiro, ou melhor, o bem informado e curioso motorista, macaco velho da polícia, ficou de olho naquele senhor de olhos verdes que não estava satisfeito com as nossas ações. Bem, esse senhor de olhos verdes foi ao jardim e pegou uma foice e caminhou em minha direção. De costas para a porta, só interessada em fazer, e fazer direito, não me dei conta do que acontecia. O velho motorista e policial aposentado correu rumo ao senhor que empunhava a foice para bater com ela em minha cabeça. A gritaria foi tanta que eu consegui sair correndo para o pátio da clínica e chamar a polícia pelo celular. Só me lembro que me escondi bem próximo de uma cadela com oito filhotes famintos até que a polícia chegasse.



As aparências enganam

Jane Nogueira Spadim
São Paulo



Estou na VISA há 25 anos, desde a época dos chamados “distritos sanitários”, no cargo de agente de saneamento.

Durante esse tempo, meus colegas e eu vivenciamos muitas situações constrangedoras. Vou contar uma que, na época, pegou-me de surpresa e ao mesmo tempo proporcionou-me valioso aprendizado.

Na rotina de trabalho tínhamos mapeado que os estabelecimentos localizados nas áreas mais nobres da cidade costumavam nos acolher melhor e os proprietários eram de mais fácil trato. Tal expectativa colocava-nos em situação mais confortável na realização das inspeções. Trabalhava em um bairro periférico e no centro da cidade.

No início da carreira, realizava inspeção na área de alimentos e, certa feita, inspecionava um bar no centro da cidade, cujo proprietário era um jovem empresário que inicialmente nos recebeu educadamente. Porém, o prédio era velho, o ambiente desorganizado e com muitas coisas para serem feitas para que atendesse à legislação sanitária.

Lavramos uma orientação educativa e com muita diplomacia explicamos-lhe a importância da saúde pública e de serem sanadas as irregularidades.

Mesmo com todo o discurso, não obtivemos resultado e em nova inspeção lavramos o auto de infração. Na ocasião pedi para que meu supervisor me acompanhasse, uma vez que havíamos observado “atitudes estranhas” do cidadão, que ficava o tempo todo afiando uma faca em nossa frente, mostrando entrelinhas uma ameaça. Fizemos de conta que não estávamos entendendo sua atitude e solicitamos sua assinatura no auto de infração.

Na próxima visita, fui sozinha, pois, apesar do constrangimento da inspeção anterior, não tinha como ser um estabelecimento de “risco”. Para minha surpresa, o cidadão recebeu-me com um sorriso maroto no rosto e, cheio de si, disse-me: – “Você sabe aquela Variant azul que fica estacionada em frente ao centro de saúde? Você tome cuidado porque eu vou tocar fogo nela”...

Na hora, graças a Deus, não demonstrei que tinha ficado abalada com sua ameaça explícita e respondi que já o tinha orientado acerca das providências, o que era o meu serviço, e que ele deveria agradecer porque vigilância é prevenção, mas que infelizmente ele não havia entendido nada sobre a gravidade da situação sanitária do seu estabelecimento e que eu estava apenas cumprindo minha obrigação.

Nesse momento ele, num ímpeto, falou: – “Você já deu o seu recado e eu estou dando o meu”.

Tempos depois, ele fechou o estabelecimento e vim a saber que havia sido detectado como ponto de vendas de drogas. O cidadão cheio de si era foragido por ter praticado roubo a banco, que na época fora muito comentado, inclusive nos jornais da televisão, e viera se esconder no interior de São Paulo.

Depois disto, aprendi que mesmo nas áreas em que considerava menos arriscadas devemos estar sempre atentos.



A VISA e a peixeira

Ana Clara Giffoni
Bahia

Em 1991 fui fazer uma inspeção no bairro do Curuzu (bairro localizado ao lado do bairro da Liberdade - um dos mais populosos da cidade do Salvador). Na época a VISA funcionava precariamente, não possuía veículos e recebíamos os processos na segunda-feira e entregávamos na sexta-feira. Quando recebi os processos, peguei o ônibus de Curuzu e fui fazer a inspeção em uma quitanda. Chegando ao final de linha, saí procurando a tal quitanda. Perguntei a um pedestre e fui informada de que ficava à direita da última curva. Lá vou eu com o processo debaixo do braço. Avistei a tal quitanda. Chegando lá, cumprimentei um senhor e ele saiu com uma peixeira na mão dizendo: – “Saia daqui, sua vagabunda!” E eu saí correndo como uma louca desvairada e gritando socorro.



In memoriam

Larissa de Castro Rafael
Minas Gerais

Em uma manhã saímos, eu e outra fiscal, da Vigilância Sanitária da GRS - Unai para inspecionarmos um laboratório de análises clínicas em um município de jurisdição dessa regional. Chegando lá, começamos nosso trabalho. Durante a vistoria, detectamos várias irregularidades, entre elas uma panela de pressão gigantesca para esterilizar os materiais, livros antigos e com muita poeira, produtos vencidos e até armas de fogo. Perante esse episódio, começamos a questionar o proprietário, que também era responsável técnico pelo estabelecimento, sobre os produtos vencidos (ácido sulfúrico, ácido clorídrico, éter e até clorofórmio) e a única resposta dada por ele é que os mesmos poderiam fazer mal a nós. Insatisfeita com a resposta, aprofundi nas perguntas e questionei sobre o éter e o clorofórmio. E não é que ele confessou que já fez e vendeu lança-perfume? Diante disso, investimos mais ainda no questionamento e descobrimos as armas de fogo. Eram várias, de todos os tipos e tamanhos e ele fez questão de mostrá-las

para nós. Terminamos a inspeção e antes de deixarmos o local o proprietário nos disse a seguinte frase: – “Cuidado, está tendo muito acidente nessa rodovia por onde vocês passam”. Assim ele se despediu de nós. Bom, após essas ameaças e confissões, resolvemos procurar a polícia militar da cidade para fazermos um boletim de ocorrência, mas foi impossível, pois estes só trabalhavam no período da tarde, dá para acreditar? Sendo assim, pegamos a estrada de volta para a GRS e durante todo o percurso ficamos atentos a qualquer situação diferente, pois na época dessa inspeção, há aproximadamente cinco anos tinha acontecido um episódio de repercussão nacional, ou seja, o assassinato dos fiscais da Receita Federal em Unai, deixando-nos mais apreensivas ainda. Ao final, conseguimos chegar bem, o estabelecimento foi fechado e uma semana depois o proprietário faleceu de infarto, ficando “in memoriam” ele e esta história.



O cão de guarda

Maria Natália da Conceição Silva
Minas Gerais

Estávamos em meados de outubro de 2008, mas o calor se assemelhava ao de um verão já em sua plenitude, tal era o abafamento. Estávamos a caminho de um município próximo de Belo Horizonte, mais ou menos a uns 20 Km.

Eu e minha companheira de trabalho fiscalizávamos consultórios odontológicos da jurisdição do estado de Minas Gerais. Mais tarde, tanto eu quanto ela mudaríamos de setor para inspecionar produtos para saúde, no qual permanecemos até hoje, mas isso não vem ao caso neste “causo”.

Não é preciso dizer que o carro do Estado não tinha ar-condicionado. Bem, em verdade, nem retrovisor tinha! O calor cozinhava nossos miolos e minha companheira se abanava numa pré-menopausa interminável. O motorista era a “mãe” da paciência, ou melhor, o “pai”.

Pois bem, depois de literalmente derretidos, estacionamos na porta do estabelecimento clandestino que deveríamos fiscalizar e o mesmo se encontrava fechado.

Eu havia entrado para o serviço público quase um ano antes, precisamente em setembro de 2006 e ainda estava cheia de expectativas quanto ao serviço. Por isso, convenci minha amiga a nos dirigirmos a um “armazém” ao lado do consultório para nos



certificarmos de que se tratava do estabelecimento em questão, já que não havia qualquer placa identificadora.

Era uma típica “venda” do interior de Minas, com direito a balcão e prateleiras de madeira maciça, daqueles que só vemos em seriados de época. O ambiente era fascinante e, logo, mineira apaixonada que sou, vi-me fazendo uma viagem de volta à minha infância, lá na cidade natal de minha mãe, no norte de Minas. Pronto, já estava enfeitiçada pelo lugar e enquanto minha colega conversava com a gentil senhora atrás do balcão, comecei a explorar o local.

E eram sacarias no chão, cachos de bananas prata num canto, brinquedos de madeira pendurados no teto, aviamentos expostos para escolha do freguês no outro balcão, tantas tralhas para uso rural que seria impossível descrever tudo. Mais impossível ainda seria descrever a minha euforia ao ver tantos objetos que fizeram parte da minha história, juntos todos num único lugar. Aquilo era o paraíso, não tive dúvida! Nesse momento, aproximei-me de minha colega, que já havia confirmado com a senhora que o estabelecimento era mesmo da sua filha.

Bem, esse era o momento ideal para nos identificarmos como sendo da Vigilância Sanitária Estadual.

Repentinamente, a simpatia daquela senhora se transformou num olhar de desconfiança que só os verdadeiramente mineiros sabem detectar. Perguntamos a ela se ela poderia abrir o estabelecimento para nós, ao que ela imediatamente respondeu que teria que perguntar à sua filha por telefone. Nesse exato momento vislumbrei bem no meio da venda uma espécie de gôndola pré-histórica abarrotada de vasilhas de alumínio batido, dessas que são o sonho de consumo de todas as donas de casas e domésticas das famílias tradicionais mineiras. Caminhei na direção do meu achado como Vasco da Gama quando encontrou o caminho para as Índias. Lá no meio dos vasilhames deparei com uma caçarolinha de fritar ovos caipiras, daqueles com a gema bem molinha, para se comer puro com arroz e uma pitada de sal para quebrar o gosto forte da gema. Aquilo era mesmo um achado, não tive dúvidas.

Voltei para a minha colega de trabalho, agora empunhando meu troféu, para exibir para ela.

Nesse momento, a senhora caminhou para os fundos da venda e desapareceu, sendo automaticamente substituída por um funcionário peculiar, um cão negro, da raça Rottweiler, que desatou a latir e mostrar os dentes num sorriso unilateral que não deixava a mínima dúvida sobre a sua disposição e fidelidade. Pude ver naquele sorriso irônico os quatro grandes caninos que deram nome à espécie; e olha que de dentes e sorrisos eu e minha companheira entendemos bem.

Notei então que o olhar da fera estava fixo na caçarolinha que estava erguida na minha mão direita. Aquela era uma situação bem delicada - pensei. E também entre os dentes sussurrei para minha companheira:

– “Isso é um Rottweiler...” Ao que ela, na sua sonseira habitual, respondeu:

– “Não, ele só tá tomando conta da venda para a dona...”

Nesse momento chegou um reforço inusitado para o “segurança”, um outro cão da mesma raça!!! Aquela já era uma situação insustentável! Não pensei duas vezes, coloquei meu troféu sobre o balcão e desatei uma carreira até o carro estacionado lá fora, bati a porta com tanta força que o motorista acordou assustado, perguntando se já era para ir embora. Os latidos cessaram e cá de fora pude ver minha colega acenando para mim como se nada tivesse acontecido, chamando-me para iniciar a inspeção.

A gentileza havia retornado às feições da senhorinha, que já voltara, e ela então levou os dois cães para dentro. Não é que o cão estava mesmo vigiando a venda? Não é possível - pensei. Desci assim mesmo, meio encabulada e um tanto quanto decepcionada. A senhora retornou e nos informou que a sua filha não continuaria com o consultório, por conta de problemas com o inventário do imóvel. Achou que iríamos multar sua filha e começou então uma tentativa de “suborno” com o oferecimento de um cacho de bananas, ao que minha companheira informou educadamente que não poderíamos aceitar qualquer “agrado”. Mas as bananas estavam tão cheirosas...

Duas só, “amiga”, vai, que há de mal nisso??

Sacudi a cabeça e deletei os pensamentos “pecaminosos”. Nesse momento apanhei a caçarolinha no balcão e decidi: – “Esta eu vou levar, nem que a vaca



tussa!” Perguntei pelo preço à senhorinha, que achou aí uma ótima oportunidade de dar andamento à sua primeira intenção.

– “Pode levar, não é nada” - respondeu.

Aquilo já era demais, então eu seria impedida de ver meu sonho de consumo se realizar porque aquela simplória senhora queria se beneficiar da minha fraqueza? Insisti que eu queria pagar e ela se mostrou irredutível, não queria cobrar e pronto!

Minha colega, então, na sua mansidão explicou a ela que não poderíamos aceitar qualquer presente, ao que ela retrucou ofendida:

– “Mas eu quero dar...”

Foi aí que eu tive uma ideia que, confesso, foi meio maquiavélica. Sugeri que ela fizesse um pequeno desconto e me fornecesse nota fiscal da venda. Ela não titubeou, puxou o talonário de notas fiscais e vendeu meu pequeno troféu por uma bagatela. Pensei aliviada:

– “Mas que eu comprei, ah, isso eu comprei!”

Fizemos um termo de inspeção dando prazo para que a profissional desmontasse o consultório e voltamos depois para verificarmos o cumprimento. Foi então que minha colega quis comprar uma caçarolinha igual à minha, mas não encontrou mais!!!

Ah, e quanto às bananas, tenho que confessar: eu e o motorista comemos uma e minha amiga de inspeção duas.





A ignorância e a consciência adquirida

Dionísio Ximenes
Acre

Véspera de Natal de 1984, nós da Vigilância Sanitária estadual (nesse período ainda não existia VISA municipal) recebemos uma denúncia de que um grande supermercado da cidade de Rio Branco estava vendendo alimentos industrializados com embalagem adulterada. De imediato acionamos uma equipe de fiscais sanitários para irem até o estabelecimento denunciado. Como chefe do setor de alimentos na época, vendo que se tratava de um determinado estabelecimento e sabedor de que seu proprietário era um homem esquizofrênico, fiz questão de acompanhar, junto com nosso assessor jurídico, a equipe de fiscais sanitários na operação a ser realizada. Ao chegarmos ao estabelecimento, procurei o proprietário e expliquei-lhe o objetivo, a denúncia. O velho já foi dizendo que ali era dele e ninguém metia a mão.

Mas com jeito fomos caminhando, conversando e ao mesmo tempo inspecionando os produtos motivos da denúncia. De repente, um fiscal detectou um lote de produtos à base de mel, com as embalagens rasuradas, inclusive com abelha no interior do produto. Falamos para o senhor proprietário que os mesmos seriam apreendidos e inutilizados:

– “Pra quê?”

O velho esquizofrênico, mesmo com a presença do assessor jurídico, deu um pulo e gritou:

– “Podem sair se não eu corto na faca!”

O proprietário virou para um dos fiscais que nos acompanhava:

– “E você, seu Negrinho! Eu já estou com você aqui na garganta!”

Tomei as rédeas da situação, explicando-lhe que além de obstar as ações dos fiscais, estava sendo preconceituoso.

O senhor, cada vez mais furioso, já estava ficando incontrolável, era realmente esquizofrênico! Tivemos que chamar a polícia.

Com a chegada da força policial, o proprietário acalmou-se um pouco, mas sempre apelando para a ignorância. Fui verificando que o velho demonstrava certa inquietação e pedi que os policiais me acompanhassem até o fundo do supermercado.

Quando entramos no quintal do prédio, deparamos com uma fossa aberta, desativada, empilhada de carne bovina, as bordas em processo de secagem. Com aquele calor, exalação de odores fétidos, aquela carne jamais poderia estar sendo processada daquela forma.

Chamei o proprietário, que, consciente da situação, concordou conosco. Não desperdicei seu momento de lucidez e falei que o consumidor não poderia adquirir um produto tão insalubre como aquela carne. Expliquei-lhe que possivelmente aquela carne recebera grande quantidade de bactérias patogênicas que levariam danos e agravos à saúde do consumidor. O velho foi amolecendo em suas atitudes grosseiras, aproveitei o momento e mandei chamar a imprensa para registrar o fato e mostrar ao consumidor a importância da Vigilância Sanitária nos processos produção, consumo e no processo saúde e doença.

Considero que esta foi uma das ações que mais marcaram nosso trabalho, não só pelo impacto do fato, mas pela repercussão do primeiro trabalho jornalístico das ações de VISA no estado. O proprietário, a partir daí, passou a trabalhar respeitando mais as normas sanitárias vigentes!!!



A primeira ameaça de morte

Márcia Vieira Teixeira
Rio de Janeiro



No meu dia-a-dia no trabalho, “descobri” que havia boletim de ocupação e funcionamento, certificado de inspeção sanitária, termo de apreensão, termo de inutilização, etc. e que era muita responsabilidade da fiscalização para evitar a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos, como também coibir a venda de medicamentos falsificados.

Tentando realizar minhas tarefas da melhor maneira possível, constatei que a Secretaria de Agricultura e a EMATER ficavam responsáveis pela produção caseira de alimentos e as miniusinas de leite, porém, deixavam a cargo da VISA a fiscalização do leite clandestino.

Ao fazer uma fiscalização, recebi minha primeira ameaça ouvindo do produtor: “Você é muito bonitinha, mas se colocar creolina no meu leite ou levá-lo eu te mato”.

Pela primeira vez em minha vida fui a uma delegacia e prestei queixa ao delegado. É óbvio que deu em nada, senão eu não estaria aqui contando esta história!

Desacato

Ana Maria Perito Manzochi
Elizabeth da Cruz
Lucinéia Cristina Bencke Lino
Paraná



Éramos sete técnicos de VISA (duas enfermeiras, uma médica veterinária, uma farmacêutica, um técnico de saneamento, um físico e uma engenheira), jovens, cheios de senso de justiça e munidos do saber sanitário. Todos a caminho de uma inspeção num hospital antigo no Paraná.

Na inspeção, realizada em meados de 1996, encontramos algumas situações um tanto preocupantes.

Nas duas enfermarias inspecionadas não havia janelas e o ar puro parecia ter abandonado aquele lugar. Havia também uma sala úmida com bolores nas paredes e com uma abertura pela qual entrava água da chuva, na qual as caixas de solução parenteral de grande volume e nutrição parenteral eram armazenadas. Ao contrário das enfermarias, o ar adentrava nesse local, porém, as janelas com tela de aço com vãos possibilitavam que ratos e insetos pudessem ali se instalar.

As condições sanitárias levaram à decisão comum pela interdição desses setores do hospital. Os pacientes foram então alocados em outras áreas e, logo em seguida, as faixas de interdição foram colocadas.

Alguns dias depois, recebemos uma denúncia relatando que a interdição imposta havia sido desobedecida e que os pacientes estavam sendo internados normalmente nos locais interditados. Desta forma, não nos restou alternativa: voltaríamos ao hospital para esclarecer essa situação.

Nesse dia, então, fomos recebidos pela diretoria em uma sala com um pé direito altíssimo e uma mesa comprida... a aparência “monárquica” do local nos fez sentir diminuídos.

A direção geral do hospital era representada por um senhor que nos parecia centenário. Ele nos convidou a sentar e a explicar o que estávamos fazendo ali novamente. Tendo os técnicos argumentado o motivo, teve início ali uma série de insultos. Palavras em tom ameaçador e nada dignas foram esbravejadas no salão contra os técnicos da Vigilância Sanitária. As palavras eclodiram no grande salão:

–“Suas fedelhas! A porta da rua é a serventia da casa!” – além de outras coisas de que não nos recordamos.

Como nossa atuação é pautada no equilíbrio e não no embate, retiramo-nos da sala a fim de não dar vazão aos nossos mais

humanos sentimentos de responder à altura. Saímos dali desolados... Alguns choraram, outros ficaram indignados.

Tínhamos apenas cumprido nosso dever! O que fazer então? Como iríamos reagir?

Teremos respaldo? Muitas perguntas foram sendo construídas em nossas mentes.

Imediatamente dirigimo-nos aos nossos superiores e assessoria jurídica e fizemos um relatório descrevendo detalhadamente os fatos e um técnico da equipe informou que faria a denúncia na promotoria, como cidadão. Desta forma, o processo foi levado à promotoria, para que os representantes da instituição tomassem as medidas de correção solicitadas pela Vigilância Sanitária.

Os responsáveis pelo estabelecimento e cada um de nós fomos então chamado a depor. Ao final, o promotor exigiu do responsável que as medidas corretivas fossem adotadas pelo estabelecimento e que o mesmo se retratasse.

A Vigilância Sanitária é uma área vista por algumas pessoas como algo que não é bem-vindo, como um instrumento de censura e punição, quando deveria ser reconhecida como uma ferramenta para se conseguir as melhorias desejadas pelos estabelecimentos para alcançarem a qualidade nos serviços prestados em benefício do principal sujeito: o paciente.

Os estabelecimentos que trabalham em parceria com a Vigilância Sanitária são aqueles que crescem em qualidade e a parceria recíproca gera mudanças positivas!



Fogo no “rabo”

Daniela Ferreira de Souza
Minas Gerais

Certa manhã, em meados de 1999, a equipe da VISA de nosso município, no interior de Minas Gerais, da qual faço parte, foi a uma inspeção rotineira em supermercado. Tal serviço era sempre necessário, pois, na época, os comerciantes eram um tanto irresponsáveis no que se tratava de acondicionamento e data de validade de alimentos e outros produtos de interesse de saúde. Hoje isso ainda acontece, mas em proporções bem menores.

Chegando ao estabelecimento da vez, a equipe se identificou ao proprietário e iniciou o trabalho. Já no início, a “simpática” senhora, velha conhecida nossa, fez aquela cara de poucos amigos. Continuamos normalmente o trabalho e, como sempre, encontramos muitos alimentos com prazo de validade expirado e/ou deteriorados, expostos à venda. À medida que retirávamos os mesmos das prateleiras, a proprietária nos seguia tal qual fôssemos uma “novela”. Ao ver a grande quantidade de produtos que seriam por nós apreendidos, ela começou um ataque de nervos, resmungando sem parar. E nós, como sempre, continuamos a ação.

Não satisfeita, a senhora pegou o telefone e, em alto e bom tom, conversava com nosso “superior”, pedindo que o mesmo liberasse a mercadoria, pois seu prejuízo seria enorme e tais produtos não fariam mal a ninguém, chegando a dizer que os levaria pra casa e que seus familiares consumiriam sem problemas.

Naturalmente, a resposta do coordenador foi negativa e, não satisfeita com a situação, a senhora resolveu então ligar para o “superior” de nosso “superior” e, assim, sucessivamente.

Após ouvir alguns “nãos”, a senhora, muito enfurecida, desistiu.

A equipe da VISA concluiu o trabalho, lavrando os autos e recolhendo o material para posterior inutilização.

Quando saíamos, ficamos por último eu e uma colega de trabalho, ambas usávamos, na época, cabelos compridos e normalmente presos por “rabo de cavalo”. Foi então que a distinta senhora soltou essa: – “Minha vontade é amarrar o cabelo de vocês duas e atear fogo!!!”

Eu e minha colega nos entreolhamos perplexas e fomos saindo de fininho...



Interdição de uma indústria clandestina

Antoinette Gemus de Almeida Manso
Goiás

Certa vez, a Superintendência de Vigilância Estadual do estado de Goiás (SVISA/GO) recebeu uma denúncia acerca de indústria clandestina no município de Planaltina/Goiás (município do entorno de Brasília/DF).

A denúncia seria de produção de “saneantes/domissanitários” de uso domiciliar e hospitalar cujo envase era realizado em garrafas descartáveis de refrigerantes sem rótulo, de diversas cores e cheiro, sendo vendidos nas ruas por ambulantes e na residência do “fabricante”.

Eu e uma colega (na SVISA trabalhamos sempre em dupla) fomos escaladas para apurar a denúncia, sendo também convocado o motorista do carro oficial da SVISA/GO. Programamos e preparamo-nos com documentos, crachá, ordem de serviço, ordem de tráfego e todo material necessário para realizar a tarefa.

De posse do endereço do proprietário da “indústria” clandestina, viajamos até Planaltina e lá chegando encontramos

expostos à venda, em prateleiras de madeira, vários produtos sem rótulos. E ainda podíamos visualizar, por um corredor lateral, no fundo da casa, bombonas, matéria-prima e frascos de refrigerantes descartáveis vazios para serem preenchidos, caracterizando a produção de produtos saneantes/domissanitários.

A estrutura encontrada estava totalmente fora das normas/legislação mínimas exigidas pela ANVISA/MS. O local não tinha autorização de funcionamento de empresa, alvará de licença sanitária, responsável técnico qualificado, registro dos produtos nem controle de qualidade (Boas Práticas de Fabricação e Controle). Enfim, sequer tinha um documento.

Então conversamos com o “proprietário” para que ele fosse regularizar sua situação perante a SVISA e que estaríamos dispostas a orientá-lo sobre como fazer para produzir esses produtos, pois naquelas condições não poderia funcionar e seu estabelecimento seria interditado.

Nesse momento ele abriu sua camisa e mostrou-nos seu peito com muitas cicatrizes de facadas e, apontando uma espingarda para nós, falou que era ex-presidiário e que não tinha nada a perder. E, ainda, que se não fôssemos embora ele iria atirar para nos atingir. Recuamos e falamos que esperávamos que ele comparecesse na SVISA para as devidas orientações e regularização.



Dirigimos-nos para o veículo oficial, fomos até a polícia local, explicamos a situação, pois a utilização de produtos fabricados nessa situação implica risco à saúde da população, sendo que em ambiente hospitalar é mais grave ainda, pois não existiam garantia da qualidade nem comprovação da ação de eficácia do produto.

Diante disto solicitamos ajuda para concluir nosso trabalho. Foram designados dois policiais que nos acompanharam ao endereço para realizar a ação necessária.

A partir daí, nossa ação foi concluída com sucesso. Realizamos a interdição do estabelecimento e interrompemos a produção imediatamente.

Esta é apenas uma das situações que já vivenciei em 18 anos de trabalho na SVISA/GO.



Operação dente fino



Áureo dos Santos
Santa Catarina

Na década de 80, desencadeou-se uma operação fiscalizatória denominada “Dente Fino”, com o objetivo de combater o exercício ilegal da profissão de “dentista prático”.

Chegando a determinado município catarinense, a autoridade sanitária se dirigiu até o consultório de um suposto dentista prático, denunciado pelo Conselho Regional de Odontologia. Ao chegar, o fiscal deparou com uma fila na sala de espera de aproximadamente 15 pessoas. Apresentou-se para a secretária, identificou-se e perguntou se o “senhor fulano de tal” era o dentista proprietário daquele estabelecimento. Diante da resposta positiva, o fiscal disse à secretária que gostaria de conversar com o dito profissional. Aguardou cerca de 30 minutos, quando foi chamado por aquele senhor que aparentava possuir uns 60 anos, vestido a caráter (todo de branco), devidamente paramentado como manda o figurino.

Ao se aproximar do profissional, exclamou e perguntou o fiscal:

–“Bom dia! Como está o senhor?”

E ele respondeu educadamente:

–“Estou muito bem. Por gentileza, entre (no consultório), vamos conversar!”

Continuando as tratativas, disse o fiscal:

–Senhor “fulano de tal” eu sou fiscal da Vigilância Sanitária Estadual (apresentou a identificação profissional) e estou aqui para atender a uma denúncia de que o senhor atua profissionalmente como dentista prático.

– “Atuo sim, há 40 anos!”

Surpreso, expressou o fiscal:

–“O senhor sabia que não pode atuar, haja vista que essa profissão não é regulamentada, portanto, o senhor está exercendo ilegalmente a profissão de odontologista?”

–“Sabia, sim, só que esse é o meu ganha-pão, meu filho, é com esse dinheiro que eu sustento a minha família e, inclusive, paguei o curso inteiro de Odontologia para o meu filho.”

–“E ele trabalha com o senhor?”

–“Não, não, ele é dentista no Paraná.”

–“E por que ele não assumiu o seu consultório e a sua carteira de clientes?”

–“Sabe como é que é, né, os filhos nunca gostam de trabalhar perto dos pais, querem ter a vida deles.”

Após esse bate-papo introdutório, o fiscal mirou em seus olhos e disse:

–“Pois bem, meu senhor, infelizmente, o que tenho a lhe dizer não é muito agradável. Gostaria que o senhor dispensasse os clientes que estão lhe esperando, pois eu terei que interditar o seu estabelecimento e lacrar o seu equipamento odontológico, haja vista que o mesmo não possui alvará sanitário e, além do mais, o senhor está praticando o exercício ilegal da profissão.”Nesse momento ele retrucou:

–“Tu tá louco! O que vai ser da minha vida, da minha família, dos meus clientes?”

–“Meu senhor, esse tipo de resposta eu não posso lhe dar, gostaria que o senhor entendesse o meu papel e a minha função, por gentileza, eu preciso interditar o seu estabelecimento.”

Aquele senhor não admitia de maneira alguma. O clima foi ficando “pesado”, o seu rubor facial deixava transparecer o intenso nervosismo que o acometia e a sua posição de inconformado com as informações e decisões da autoridade sanitária. Pediu ao fiscal para atuar por mais um mês, período em que decidiria o que faria da vida, o que não foi autorizado. Então, ele abriu uma determinada gaveta do seu consultório e tirou um revólver calibre 22, colocou-o sobre a testa do fiscal e disse:

–“Se você fechar o meu consultório eu te mato!”

O desespero do fiscal foi tanto, tremia feito uma “vara verde”, suave demasiadamente e, fatalmente, aconteceu o inesperado ou seria o esperado: urinou-se por completo e disse quase que chorando:

– “Por favor, por Deus, o senhor não me mate, eu tenho família, tenho filhas, o senhor tenha calma, pelo amor de Deus não faça isso. Eu prometo que não vou interditar o seu consultório, só quero ir embora para junto da minha família, por favor, meu senhor, acalme-se, por favor, por Deus, por favor, olhe só o meu estado!”

Parece que, guiado por uma luz divina, aquele senhor foi se acalmando e disse:

–“Então saía já daqui e não volte nunca mais!”

O fiscal pegou sua pasta, todo molhado, “urinado, para ser mais honesto”, dirigiu-se até a delegacia, registrou a ocorrência, lavrou o auto de intimação determinando a interdição do consultório e que o equipamento odontológico fosse lacrado. Viajou para Florianópolis, contando o ocorrido para o motorista, que acreditou prontamente, haja vista o forte odor de urina que exalava dentro do veículo oficial.

Algumas semanas depois, em nova operação com o apoio da polícia militar, o consultório daquele senhor foi finalmente interditado, além da abertura de inquérito policial civil em razão da tentativa de homicídio.

Na época, existiam no estado de Santa Catarina cerca de 650 dentistas práticos. Hoje esse número é bem mais baixo, muito especialmente pela atuação parcerizada da Vigilância Sanitária com o Conselho Regional de Odontologia



O telefonema

Gracienne de Fátima Fonseca Renand
Minas Gerais



Certo dia, estava uma dupla de trabalhadoras da VISA inseparáveis conversando, quando de repente o telefone tocou: ...trim... trim... trim... Então uma levantou para atender:

– “Vigilância Sanitária, boa tarde!”

– “É com vocês mesmo que eu quero falar, não aguento mais esse governo, se vocês não vierem aqui agora recolher esse cavalo que esta aqui na BR 040, eu vou denunciar todo mundo...”

– “Senhor, a VISA não pode fazer esse tipo de procedimento, o senhor deve procurar informações com a polícia rodoviária ou com os bombeiros!”

– “Vocês são uma cambada de sem o que fazer, por isso que o Brasil não vai pra frente...” Palavrões e palavrinhas foram ditas...

Colocou-se o telefone no gancho...

Trabalhar com o povo é difícil... recebemos insultos injustamente... essa é a vida do fiscal, essas são as cenas que encontramos na VISA.

VISA na madrugada

Edno Martins de Oliveira
Emerson Gonçalves de Souza
Minas Gerais

Depois de uma semana intensa de trabalho, a equipe da VISA de Arinos-MG foi requisitada pelo Ministério Público para fazer uma inspeção em um desses estabelecimentos de funcionamento noturno. Fomos designados, dois servidores, para esse trabalho e, preocupados com o que poderíamos encontrar nesse local, diante do serviço que ali era oferecido, requisitamos o acompanhamento da polícia militar e do Conselho Tutelar.

Depois de tudo preparado, à zero hora e quarenta e cinco minutos, reunimo-nos com a polícia militar e o Conselho Tutelar em frente ao quartel para programar as ações a serem colocadas em prática. Dirigimo-nos, então, para o estabelecimento citado para realizarmos a dita inspeção.

Ao chegarmos, preocupados em como seríamos recebidos, pois estava no auge do movimento, eis que tivemos uma grande surpresa. O proprietário, que é uma "Raposa Felpuda", tratou logo de preparar uma recepção calorosa para nossa equipe, interrompendo o forró e anunciando através de equipamentos de som a presença tão ilustre dos fiscais da VISA naquele local.

Tentando mascarar a ação da VISA e disfarçar sua preocupação, trouxe-nos logo duas cervejas e nos ofereceu, além de

disponibilizar as mulheres mais bonitas do local, pensando com isso que poderia nos intimidar e evitar uma fiscalização mais rigorosa.

Mas ele se deu mal, nada disso foi válido devido à nossa ética e caráter. Fizemos toda a vistoria de acordo com a legislação, interdítamos o estabelecimento, acabamos com o forró, a cachaça e com todas as irregularidades ali encontradas.

Somente depois de seis meses o estabelecimento foi desinterditado, após o cumprimento de todas as exigências listadas no relatório de inspeção, voltando a funcionar com mais decência.

O melhor da história é que nunca mais esse proprietário tentou nos proporcionar um final de semana de orgia, às altas horas da madrugada.



A aventura

Maria Alice Almeida
Minas Gerais



Pelo Programa de Monitoramento da Qualidade de Alimentos no Comércio, que é realizado anualmente em Minas Gerais, deparamos com vários produtos fabricados em nossa região e que estão à margem de qualquer fiscalização sanitária. Foi o que aconteceu num pequeno município da zona da mata mineira.

O produto monitorado foi um queijo mussarela cujo resultado deu insatisfatório em análise microbiológica, de acordo com o laudo emitido pelo laboratório da Fundação Ezequiel Dias.

Como de costume, seguindo o rito processual, a empresa fabricante foi notificada e foi instaurado processo administrativo.

Aí começou o problema...

A empresa, cujo endereço constava no rótulo, defendeu-se dizendo que não comercializava seus produtos naquele município, que seus produtos eram comercializados nos estados do Rio de Janeiro e em São Paulo. Só que o proprietário do laticínio, que estava regularizado, foi até a polícia e fez uma ocorrência sobre uso indevido ou falsificado de rótulos com identificação de sua empresa.

O serviço de Vigilância Sanitária local, responsável pela coleta do produto na feira, vinha realizando um grande trabalho na

tentativa de acabar com a venda de leite cru e laticínios clandestinos na cidade. Logo, tinha em seus arquivos o cadastro com endereço de todos os feirantes e produtores locais.

Não foi difícil localizar o endereço do feirante que vendia os queijos com o rótulo do laticínio detentor da marca.

A promotoria local solicitou a presença da VISA estadual para acompanhar a polícia na ação, visto que o endereço em questão era de outro município próximo dali, fora da competência da VISA responsável pela coleta do produto.

Aí começou a aventura...

Três técnicos da VISA estadual se dirigiram ao endereço suspeito, acompanhados por uma delegada de polícia e dois agentes policiais.

A delegada de polícia era uma mulher do tipo “despachada”, “gordinha”, tinha sido mãe há poucos meses e estava com “problema de coluna” e por isso usava colar cervical. Os outros dois policiais eram jovens e pareciam meio “desconfiados” da operação.

O “laticínio” situava-se em área rural de difícil acesso, em um val e. A estrada, sem pavimentação, era cheia de buracos e por

vezes apresentava barreiras de terra no meio do caminho. Em um dado momento a viagem foi interrompida por um desses obstáculos. Os carros parados diante de um monte de terra... A delegada de polícia, com seu colar cervical, não se fez de rogada, logo arranjou uma pá e começou a retirar o “murundu” de terra, liberando a estreita estrada para passagem dos carros.

O carro da VISA, um Palio Weekend 1000, não conseguiu seguir viagem morro acima, estava muito pesado. Os fiscais da VISA deixaram o motorista sozinho e passaram para o carro da polícia. Num total de seis pessoas, três policiais e três fiscais, não cabiam todos dentro do carro, de forma que um fiscal teve que ir na “gaiola” dentro do camburão. Alguns metros à frente, sob um sol forte, o fiscal que estava “engaiolado”, começou a esmurrar a porta do carro, pedindo para parar. Tão logo o carro parou e a porta foi aberta, o fiscal saiu sem camisa, com o rosto vermelho e se abanando feito louco dizendo que estava passando mal.

Continuando a viagem, já no alto do morro, avistamos lá embaixo, no vale, algumas poucas casas. Enquanto íamos nos aproximando do pequeno aglomerado de casas, avistamos uma caminhonete saindo em disparada. Ainda tivemos que transpor um último obstáculo, um riacho que nos separava da propriedade. Como não havia ponte ou qualquer coisa semelhante, tivemos que pular o riacho, que não era muito estreito. A delegada de polícia novamente protagonizou uma cena hilária. Como ela não poderia pular por causa do seu “problema na coluna”, ela sugeriu que os policiais trouxessem o cavalo que pastava ali por perto, para que ela montasse nele e atravessasse o riacho. Claro que nada disso deu certo e ela teve que atravessar com a ajuda de todos.

Chegando ao endereço que procurávamos, não encontramos ninguém. O dono havia fugido na caminhonete tão logo avistara o carro da polícia, fomos informados depois. O local estava praticamente deserto, até que encontramos a casa dos pais da pessoa que procurávamos e ele nos acompanhou até o local onde eram fabricados os queijos.

Era um casebre úmido, em péssimas condições de conservação, as paredes todas mofadas. Logo deparamos com uma quantidade enorme de queijos armazenados em prateleiras de madeira, em péssimas condições de limpeza. A salmoura utilizada no processo de fabricação dos queijos era armazenada em um tanque de alvenaria e o aspecto do líquido era desagradável e malcheiroso. Encontramos ainda um grande estoque dos rótulos falsificados, iguais àqueles que geraram a ação. Nos fundos da casa havia um chiqueiro.

Como se tratava de alimento de alto risco sanitário, capaz de causar doença, dada a natureza do produto e a inexistência de condições higiênico-sanitárias de produção e de conservação, não tivemos outra opção que não a inutilização.

300 kg de queijo! Pesa a consciência do fiscal o ato de inutilizar tão grande quantidade de alimentos... Mas se nosso papel é proteger a saúde da população, não nos restava alternativa. Os queijos foram jogados aos porcos e outro tanto inutilizado pela adição de gasolina. Os rótulos também foram destruídos.

Terminada a ação com a lavratura de autos e termos, documentação de todas as atividades que subsidiariam a polícia para a abertura de processo contra o responsável pela atividade, os

técnicos e policiais deixaram o local.

Refletindo sobre o caso, os técnicos envolvidos na ação constataram que foi uma ação de risco, que um local de tão difícil acesso não permitiria também uma fuga num caso de necessidade, se houvesse alguma reação mais violenta do produtor contra eles.

Tudo terminou bem, apenas o motorista que conduzira os técnicos decidiu nunca mais viajar para qualquer ação de Vigilância Sanitária. Foi aventura demais para ele...



ISBN : 978-85-60914-04-3



Realização



UFMG

Apoio

